

A REVOLUÇÃO RUSSA: VITÓRIA, DEGENERAÇÃO E RESISTÊNCIA

Frederico Costa¹

Só se pode narrar o passado como é, não como era, já que o rememorar o passado é um ato social do presente feito por homens do presente e que afeta o sistema social presente. A “verdade” muda porque a sociedade muda. Em um momento dado, nada é sucessivo, tudo é contemporâneo, inclusive aquilo que é já passado.

Immanuel Wallerstein

Resumo

O presente texto possui dois objetivos. Primeiro, indicar que a revolução russa foi realizada por milhões de homens e de mulheres, dentro de um horizonte histórico posto, destacando que as organizações da revolução ou da contrarrevolução foram elementos que influenciaram tanto sua vitória como sua derrota. Segundo, que a degeneração do processo revolucionário russo não era algo predeterminado, exemplifica isso a luta entre, de um lado, uma burocracia conservadora, personificada por Stalin, e, de outro, Trotsky e a Oposição de Esquerda, que lutaram pelo programa revolucionário internacionalista que tinha animado a revolução russa.

Palavras-chave: Revolução Russa; Degeneração; Resistência.

LA REVOLUCIÓN RUSA: VICTORIA, DEGENERACIÓN Y RESISTENCIA

Resumen

El presente texto tiene dos objetivos. Primero, indicar que la revolución rusa fue realizada por millones de hombres y de mujeres, adentro de una perspectiva histórica puesta, destacando que las organizaciones de la revolución o de la contrarrevolución fueron elementos que influenciaron tanto su victoria como su derrota. Segundo, que la degeneración del proceso revolucionario ruso no era algo predeterminado, ejemplifica eso la lucha entre, por un lado, una burocracia

¹ Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará. Professor da FACEDI/UECE. Professor Colaborador da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC. Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. frederico1917@yahoo.com.br

conservadora, personificada por Stalin, y, de otro, Trotsky y la Oposición de Izquierda, que lucharon por el programa revolucionario internacionalista que tenía animado la revolución rusa.

Palabras llaves: Revolución Rusa; Degeneración; Resistencia

Introdução

Há noventa e dois anos, o Partido Bolchevique, sob a direção de Vladimir Lênin e Leon Trotsky, no contexto da crise gerada pela I Guerra Mundial, dirigiu a classe operária russa à conquista do poder. Pela primeira vez, além do breve e limitado episódio da Comuna de Paris, os trabalhadores puderam concretizar a perspectiva de superação do capitalismo e da sociedade burguesa. Isso causou enorme impacto e grandes esperanças tanto para o proletariado europeu como para as massas oprimidas nas colônias imperialistas.

No entanto, apenas uma década mais tarde, Leon Trotsky, fundador do Exército Vermelho, era expulso do Partido Comunista. Seus seguidores foram encarcerados e o próprio Trotsky foi exilado da URSS. A Internacional Comunista (IC), fundada por Lênin em 1919, transformou-se de agência da revolução mundial em um apêndice “internacional” de uma direção nacionalmente limitada e crescentemente conservadora à frente do Estado soviético.

A degeneração da República Soviética no início dos anos vinte – de sua origem internacionalista e democrático-proletária à monstruosidade do terror estatal stalinista – foi uma decorrência natural do projeto leninista e/ou marxista? Teria sido a consequência de um erro prematuro de tomar o poder ou foi o resultado de um processo contrarrevolucionário?

Assim, por décadas, a chamada “questão russa” – o projeto bolchevique, a tomada do poder, o processo de construção do socialismo, o stalinismo, a natureza do Estado soviético – foi o centro de disputas entre diversas correntes do movimento operário ao porem em discussão as possibilidades de superação do capitalismo e os caminhos de construção de uma sociedade pós-capitalista.

Porém, houve uma inflexão no período de 1989-1991. A sociedade soviética, e outras do seu tipo ruíram, e o capitalismo privado clássico foi restaurado – o que, juntamente com uma tremenda ofensiva do capital, expressa pelas noções de “globalização” e “neoliberalismo”, fez intelectuais orgânicos burgueses proclamarem a “derrota definitiva do projeto socialista” e o “fim da história”.

No campo da denominada “esquerda”, tanto reformista como revolucionária, houve uma verdadeira adaptação aos aparatos estatais burgueses e à sua falsa ideologia de “cidadania” e “ética” no contexto de uma economia capitalista. Ex-guerrilheiros e ex-marxistas revolucionários, em vários países, passaram a ocupar cargos executivos ou participar de alianças com seus ex-inimigos em nome da “democracia”. Setores do movimento sindical e popular foram cooptados por propostas de cogestão e pactos sociais, renunciando a uma intervenção de classe em nome do “interesse de todos” ou “do conjunto da sociedade”.

No espaço acadêmico, concomitantemente com a onda irracionalista pós-moderna, ocorreu uma verdadeira revisão histórica, nada inocente, sobre a revolução russa, suas contradições, suas forças sociais, seus projetos políticos, suas possibilidades, suas alternativas e seu desfecho. O roteiro parecia pré-escrito, “Stalin se sucede a Lenin porque o leninismo já continha o stalinismo e tudo é sempre previsível para quem detém a chave do conhecimento”, pois:

O interesse em conhecer o comunismo, numa tal concepção, não advém nem da curiosidade histórica, nem da pesquisa científica, mas somente da possibilidade de descobrir armas ideológico-políticas melhor afiadas para combater o Mal e defender o que alguns continuam a considerar sem a menor ironia como um mundo “livre” (BROUÉ, 2007, p. 8).

Não são poucos, até bem intencionados, que aceitam a falácia idealista de que a “questão russa” em sua concretude não seria a síntese de múltiplas determinações, mas o resultado das teses equivocadas de Marx e/ou Lênin. De fato, tal postura é uma subordinação ao senso comum predominante. Como qualquer senso comum fragmentário, não era crítico e, na maioria dos casos, imposto por grupos sociais dominantes para a manutenção do *status quo*. O núcleo da atitude hegemônica diante do socialismo e das tentativas históricas de sua construção expressa-se, por exemplo, na sinceridade reacionária de Dom Aloísio Roque

Opperman, Arcebispo de Uberaba-MG, no artigo “Pode existir socialismo cristão?”, publicado no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em plena vigência da Campanha da Fraternidade que tem o sugestivo tema “Economia e vida – Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)”:

Em todas as latitudes, em qualquer ramo, sempre que se apresenta um corifeu do socialismo, ele se auto-reveste das características simpáticas de moderno, avançado, restaurador da justiça, criador da abundância para todos, enfim, da prosperidade agora ao alcance da mão. Felizmente, já temos no mundo uma vasta experiência socialista, de duzentos anos, que se instalou em vários países, e deixou rastros de sangue e de atraso. Assim conhecemos sua face. Vejamos as características de tal linha econômico-política. Ela é invencivelmente de alma atéia. E como não consegue convencer a população, via raciocínio, então lança mão do cerceamento da liberdade. Esvazia tudo o que é de ordem particular, para destinar todos os bens para a administração da sociedade. Como, no seu entender, a livre iniciativa só visa o lucro pessoal e o egoísmo, então o Estado é que deve planejar a produção e a distribuição dos bens. Cabe-lhe ditar regras para a imprensa, selecionar a linha ideológica da escola, e impor a revolução violenta, para implantar o regime dos miseráveis. Para o triunfo do socialismo, a via democrática se mostrou um caminho inviável. Só a coação, para eles, é que resolve. É claro que existem vários tipos de socialismo, mas suas semelhanças são enormes. Com essa descrição também não posso aprovar o capitalismo grosseiro. Mas este admite reformulações, deixa espaço para os partidos de tônica social, e aceita (às vezes constrangido), em aperfeiçoar-se pela Doutrina Social da Igreja. Gente, vamos encurtar caminhos: a via socialista, definitivamente, não é solução. Quem é socialista propõe uma via, comprovadamente retrógrada.

No entanto, em contradição com a ideologia “evangélica” do citado príncipe da Igreja Católica, a crise econômica que eclodiu na segunda metade de 2008, tendo como elemento detonador os efeitos desestabilizadores da crise de crédito norte-americana que desestruturaram as relações que sustentavam a valorização do capital em escala global, recoloca com urgência o debate sobre os limites históricos do capitalismo que, de acordo como o citado cura, “admite reformulações, deixa espaço para os partidos de tônica social, e aceita (às vezes constrangido), em aperfeiçoar-se pela Doutrina Social da Igreja”. E isso, significa, em última instância, uma reflexão sobre a atualidade do socialismo e das experiências históricas feitas sob sua bandeira, o que esbarra necessariamente num ajuste de contas com a Revolução Russa de 1917.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo delinear um esboço da vitória da revolução russa, seu processo de degeneração e as resistências a ele. É óbvio que um artigo não pode retratar, com o detalhamento necessário, a riqueza

do período que vai da Revolução de Outubro até a consolidação do domínio da burocracia soviética² sob a direção de Stalin. Por isso, preferimos fazer algumas pontuações em torno do primeiro embate político no seio do Partido Bolchevique, entre a perspectiva revolucionária democrático-proletária da Oposição de Esquerda e as forças burocráticas que se apropriavam do Partido Comunista e do Estado soviético. Tal volta ao passado procura responder a questões atuais. É uma resposta aos que afirmam que a vitória de um projeto socialista conduz necessariamente a estruturas sociais totalitárias, pois a história revela que não só existia uma alternativa socialista viável ao stalinismo³, como este só venceu após uma “guerra civil” que custou a vida de milhões.

O movimento operário, guerra imperialista e crise revolucionária

A deflagração da I Guerra Mundial sinalizou efetivamente a entrada do capitalismo na sua fase de declínio. Para continuar existindo, o capitalismo tende constantemente a revolucionar as forças produtivas e estas se tornam cada vez mais forças de destruição. O desenvolvimento do modo de produção capitalista que trouxe tantas conquistas voltou-se contra a própria humanidade. A partir daí, imensos recursos materiais passaram a ser periodicamente destruídos: I Guerra Mundial, crise econômica de 1929-32, II Guerra Mundial, guerras coloniais de reconquista, restauração capitalista, neoliberalismo, a atual crise econômica. Noutras palavras, a sobrevivência do capitalismo mantém-se por um crescente

² “A burocracia não é uma nova classe dominante. Não representa qualquer papel indispensável no processo de produção. É uma camada privilegiada que usurpou os exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio do poder, se arroga substanciais vantagens no domínio do consumo (remunerações elevadas, vantagens em espécie, armazéns especiais, etc.). Não é proprietária dos meios de produção. Não detém nenhuma garantia de conservar essas vantagens nem de as transmitir aos seus filhos; tudo está ligado ao exercício de funções específicas. Trata-se de uma camada social privilegiada do proletariado, que assenta o seu poder sobre as conquistas da revolução socialista de Outubro: nacionalização dos meios de produção, planificação econômica; monopólio de Estado do comércio exterior. É conservadora no mesmo sentido em que o é qualquer burocracia operária; põe a conservação do adquirido acima de qualquer iniciativa de extensão das conquistas revolucionárias” (MANDEL, 1978a, p. 174).

³ “Na URSS, o estalinismo é a expressão da degenerescência burocrática do primeiro estado operário, no qual uma camada privilegiada usurpou o exercício do poder econômico e político [...]. No mundo capitalista, o estalinismo significa a subordinação, pelos partidos que seguem a política do Kremlin, dos interesses da revolução socialista no seu próprio país aos interesses da diplomacia do Kremlin [...]. No plano ideológico, o estalinismo representa uma deformação apologética e pragmática da teoria marxista (idem, p. 177-178).

desperdício de vidas humanas. Desde 1914, a humanidade vê-se colocada ante o dilema: socialismo ou barbárie.

Nos anos que precederam o início da I Guerra Mundial, a Internacional Socialista e o movimento operário educaram e mobilizaram as massas trabalhadoras contra as ameaças da guerra interimperialista. A corrida armamentista, a multiplicação dos “conflitos” locais e o agravamento das disputas entre as potências imperialistas indicavam a iminência da guerra. A Internacional, de acordo com a tradição operária e marxista, lembrava aos trabalhadores de todos os países que seus interesses eram comuns e que não se subordinassem aos conflitos entre suas classes dominantes ao redor da partilha dos lucros arrancados aos proletários e aos povos colonizados do mundo.

No entanto, quando a guerra estourou no verão de 1914, a maior parte das direções social-democratas empunhou a bandeira da “união nacional”. Cada partido social-democrata apoiou “seu” campo imperialista, contra os adversários burgueses de sua própria burguesia. As justificativas logo surgiram. Segundo os dirigentes socialistas alemães e austríacos, o objetivo era derrotar o “absolutismo czarista” para resguardar a liberdade dos povos. De acordo com os dirigentes social-democratas belgas, franceses e britânicos, o centro era a luta contra o “militarismo prussiano”, o que justificava qualquer aliança. Apesar dessas divergências, nos dois campos beligerantes, a defesa nacional da “pátria” imperialista implicava a repressão da propaganda antimilitarista e socialista revolucionária e mesmo a supressão de toda a defesa das reivindicações de classe dos trabalhadores. Defendia-se a “união sagrada” entre os proletários e os capitalistas diante do “inimigo estrangeiro”, resultando na aceitação, por parte das direções social-democratas, do agravamento das condições de vida e de trabalho dos operários e, ao mesmo tempo, o enriquecimento dos setores burgueses que lucravam com a carnificina da guerra. Tal tragédia não foi ocasional: a passagem aberta da social-democracia para o campo da burguesia imperialista tinha profundas raízes sociais no processo de integração crescente dos aparelhos burocratizados dos partidos e sindicatos de massa na sociedade burguesa:

A multiplicação das sinecuras de que gozavam os mandatários dos partidos social-democratas no seio do Estado democrático burguês acabou por criar uma comunidade de interesses entre esses mandatários e a burguesia. A considerável elevação do nível de vida de camadas privilegiadas da classe

operária favoreceu um clima político no qual o programa mínimo (reivindicações imediatas) se encontrava cada vez mais separado do programa máximo (derrube do regime capitalista). A falta de compreensão global da natureza da era imperialista, a recusa de uma orientação no sentido de grandes mobilizações de massas extraparlamentares (defendida em vão por Rosa Luxemburgo em 1910), a ausência de perspectivas revolucionárias e a incapacidade de modificar a tática gradualista em função da convicção de que abalos violentos iriam tornar-se – todas estas debilidades políticas e teóricas tinham, sem dúvida, preparado também o terreno para a catástrofe de Agosto de 1914 (MANDEL, 1978b, p.12).

Porém, tal situação não durou muito e as contradições do chamado social-patriotismo manifestaram-se rapidamente. Os sentimentos predominantes no seio das massas se transformaram em descontentamento, em oposição à guerra, em revolta. Os dirigentes social-democratas esforçaram-se para evitar a deflagração de greves e de manifestações de massa, participando de governos de coligação com a burguesia, ajudando a reprimir a propaganda antimilitarista, grevista e revolucionária, sabotando assim o desenvolvimento das lutas operárias. E, pior, quando processos revolucionários apresentaram-se, os dirigentes social-democratas – que tinham aprovado o massacre de milhões de soldados pela causa das disputas entre frações concorrentes do capital – suplicaram aos operários para não recorrer à violência, evitando dessa maneira um conflito sangrento.

Nem tudo, porém, era traição. No início da guerra, quando os trabalhadores eram ainda manipulados pela propaganda burguesa e pela traição dos seus próprios dirigentes, um punhado de socialistas revolucionários continuou defendendo o internacionalismo proletário, recusando alianças com a sua própria burguesia como Karl Liebknecht (1871-1919) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) na Alemanha; MacLean (1879-1923), na Grã-Bretanha; Debs (1855-1926) nos Estados Unidos; e Lênin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940) na Rússia – enquanto na Itália, Sérvia e Bulgária, a maioria dos partidos social-democratas manteve posições internacionalistas.

A Internacional Socialista ruiu. Num primeiro momento, os internacionalistas agruparam-se através das conferências de Zimmerwald (1915) e Kienthal (1916). Nelas, Lênin baseou suas análises na convicção de que a guerra ia agravar todas as contradições do sistema imperialista e desembocar numa crise revolucionária de grandes proporções. Nessa perspectiva, os internacionalistas trabalhavam com a possibilidade concreta de uma inversão espetacular da

correlação de forças entre a extrema-esquerda e a direita do movimento operário.

As previsões lenineanas foram confirmadas a partir de 1917. A revolução russa iniciou-se em março desse mesmo ano. Em novembro de 1918, a revolução explodiu na Alemanha e na Áustria-Hungria. Em 1919-20, uma onda revolucionária convulsiona a Itália, sobretudo nas regiões industriais do Norte. Nesse momento, cristalizou-se a ruptura entre os social-democratas – que se negam a romper com o Estado burguês e o capitalismo, adotando uma posição francamente contra-revolucionária, logo que as massas ameaçam a ordem burguesa –, e os comunistas, orientados para a vitória da revolução proletária.

A revolução russa e a teoria da revolução permanente

Em fevereiro de 1917 (março, segundo o calendário ocidental), a autocracia czarista ruiu sob o efeito de sublevações operárias, da fome e da decomposição do exército. Nesse processo, a classe operária desempenhou o papel principal nos acontecimentos revolucionários da Revolução de Fevereiro de 1917. Mas, na ausência de uma direção revolucionária, não levou sua ação às últimas conseqüências. O poder arrancado do czarismo passou para um Governo Provisório, composto de partidos burgueses como os cadetes (democrata-constitucionalistas) e de grupos moderados do movimento operário (mencheviques e socialistas-revolucionários).

Simultaneamente, o movimento de massas criou sua própria estrutura organizacional: os conselhos (sovietes) de delegados de operários, de soldados e de camponeses, apoiados nos guardas vermelhos armados. Assim, a Rússia conheceu a partir da Revolução de Fevereiro de 1917, um regime de dualidade de poder de fato. De um lado, Governo Provisório, recobrando o aparelho de Estado burguês em desagregação; de outro, uma rede de sovietes, que progressivamente construíam um embrião de Estado operário.

Esses acontecimentos confirmaram de maneira incontestável a previsão formulada por Leon Trotsky desde o fim da Revolução Russa de 1905, quando se confrontaram três posições no Partido Operário Social-Democrata Russo.

A primeira era a posição dos mencheviques que, partindo da constatação do fato de que a Rússia não tinha passado por uma revolução burguesa vitoriosa, afirmavam que a revolução tinha essencialmente por objetivo o derrube do czarismo e a eliminação dos restos semifeudais da economia e da sociedade russa. O proletariado devia apoiar criticamente a burguesia a fim de pressioná-la a realizar essa revolução de modo radical, combatendo, ao mesmo tempo, pelas suas próprias reivindicações imediatas (direito de greve, sufrágio universal, jornada de oito horas, melhores condições de trabalho etc.).

A segunda foi a posição de Lênin e dos bolcheviques, que partiam da evidência de que a burguesia, na época contemporânea, em presença de um proletariado industrial altamente concentrado e consciente, organizado nos partidos marxistas, era incapaz de realizar as tarefas clássicas da revolução democrática burguesa, com medo da ação revolucionária das massas⁴. Ao mesmo tempo, Lênin constatava que, dado o reduzido número de proletários na sociedade e a fraqueza da infraestrutura capitalista do país, o partido do proletariado não podia esperar conquistar o poder sozinho. Assim, levando a revolução até ao fim, esta conduziria a uma “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, no seio da qual o partido operário podia participar num governo de coligação com o partido camponês⁵. Essa revolução seria apenas uma revolução democrática burguesa radical e não tomaria imediatamente a forma de uma revolução socialista⁶.

⁴ “A própria situação do proletariado, como classe, obriga-o a ser democrata conseqüente. A burguesia, temendo o progresso democrático que ameaça fortalecer o proletariado, volta os olhos para trás” (LÉNINE, 1977, p. 407).

⁵ “A burguesia será sempre inconseqüente. Não há nada mais ingênuo e estéril do que as tentativas de traçar as condições ou pontos com cuja realização se poderia considerar a democracia burguesa como um amigo não hipócrita do povo. Somente o proletariado pode ser um lutador conseqüente pela democracia. Mas só pode lutar vitoriosamente pela democracia na condição de que a massa do campesinato se una à sua luta revolucionária. Se o proletariado não tiver forças para isso, a burguesia colocar-se-á à frente da revolução democrática e imprimir-lhe-á um carácter inconseqüente e egoísta. Não há meio de impedir senão a ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”. (idem, p. 414).

⁶ “O grau de desenvolvimento económico da Rússia (condição objectiva) e o grau de consciência e de organização das massas do proletariado (condição subjectiva, indissoluvelmente ligada à objectiva) tornam impossível a libertação imediata e completa da classe operária” (ibidem, p. 391). E mais: “[...] as transformações democráticas no regime político e as transformações económico-sociais, que se converteram numa necessidade para a Rússia, não só não implicam por si o minar do capitalismo, o minar da dominação burguesa, mas, pelo contrário, desbravarão pela primeira vez o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo e, pela primeira vez, tornarão possível a dominação da burguesia como classe” (ibidem, p. 405).

A terceira é a tese de Trotsky, da revolução permanente. Como Lênin e os mencheviques, Trotsky também compreendia que a questão agrária era o problema central. Porém, destacava que somente a ditadura do proletariado era capaz de dar de modo radical a terra aos camponeses – isso devido à incapacidade crônica do campesinato (o que foi admitido por Lênin depois de 1917) em se constituir numa força política autônoma, pois, através de toda a história moderna, o campesinato sempre seguiu ou a direção de um partido burguês ou a direção de um partido operário.

Assim, a teoria da revolução permanente afirma que, na época imperialista, e por força dos inúmeros laços que ligam a burguesia dita “nacional” ou “liberal” dos países atrasados ao imperialismo estrangeiro, por um lado, e às antigas classes dominantes, por outro lado, as tarefas históricas democrático-burguesas – revolução agrária, soberania nacional, liberdades democráticas, unidade do país para o progresso econômico-social – apenas podem ser levadas através de uma ditadura do proletariado, apoiado no campesinato. Esta previsão de Trotsky foi confirmada não somente pelo curso da revolução russa de 1917, mas de todas as revoluções a partir de então.

A revolução de outubro

Regressado da emigração à Rússia, Lênin percebeu imediatamente a existência de imensas possibilidades revolucionárias. Com as suas “Teses de Abril”, reorientou o partido bolchevique no sentido da teoria da revolução permanente, isto é, lutar pela conquista do poder pelos soviets para o estabelecimento da ditadura do proletariado⁷. Essa posição, a princípio contestada por antigos dirigentes bolcheviques como Stalin (1879-1953), Kamenev (1883-1936) e Molotov (1890-1986), entre outros, que se agarravam às fórmulas de 1905, desejavam a unificação com os mencheviques e pretendiam dar um apoio crítico ao Governo Provisório, foi rapidamente aceita pelo conjunto do partido – em especial, devido à pressão dos operários bolcheviques, que, por instinto de classe, adotaram essa perspectiva

⁷ “Não uma república parlamentar – regressar dos SDO (soviets de deputados operários, nota nossa) a ela seria um passo atrás, mas uma república dos Sovietes de deputados operários...” (LÊNINE, 1978, p. 14)

mesmo antes de formulada conscientemente por Lênin. Nesse período, Trotsky e seus partidários aderiram aos bolcheviques, que se lançaram à conquista da maioria dos sovietes.

Após uma verdadeira epopéia – sublevações prematuras em julho, perseguição ao partido bolchevique por Kerensky (1881-1970), tentativa de golpe contrarrevolucionário pelo general Kornilov (1870-1918) em agosto, divergências no seio da direção do bolchevismo –, os bolcheviques conquistam a maioria nos sovietes das maiores cidades, desde setembro de 1917. A partir daí, a luta pelo poder passa à ordem do dia e torna-se realidade em outubro (novembro, segundo o calendário ocidental) sob a direção do Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado, presidido por Trotsky. Expressando o apoio de massas à revolução, foi assegurada a lealdade de quase todos os regimentos estacionados na antiga capital czarista, que se recusaram a obedecer ao estado-maior do exército burguês. Desse modo, a insurreição, que coincidiu com o II Congresso Pan-Russo dos Sovietes, triunfou quase sem derramamento de sangue. O antigo aparelho de Estado e o Governo Provisório desagregaram-se e o II Congresso dos Sovietes votou a passagem do poder aos sovietes de operários e camponeses. Pela primeira vez na história e sobre o território de um grande país, criou-se um Estado segundo o modelo da Comuna de Paris, um Estado operário.

A burocracia e degeneração da revolução russa

O programa do governo que subiu ao poder limitou-se de imediato a estabelecer o controle operário sobre a produção, o restabelecimento da paz, a divisão da terra, a solução da questão nacional e a criação de um verdadeiro poder soviético sobre todo o território da Rússia. A burguesia, como era inevitável, decidiu sabotar a política do poder proletário. Diante disso, os trabalhadores, não tolerando mais a exploração nem a sabotagem dos capitalistas, avançaram. Do estabelecimento do controle operário, passou-se à nacionalização de bancos, grandes fábricas e empresas de transporte. Em breve, todos os meios de produção, salvo os dos camponeses e de pequenos artesãos, passaram às mãos do povo.

Porém, a organização de uma economia fundada sobre a propriedade

coletiva dos meios de produção confrontou-se com inúmeras dificuldades presentes num país essencialmente atrasado, no qual o capitalismo estava longe de ter concluído a tarefa de criar os fundamentos materiais do socialismo. Os bolcheviques tinham perfeita consciência dessa limitação, mas estavam convictos de que não permaneceriam isolados por muito tempo. Esperava-se que a revolução proletária ocorresse em numerosos países industrialmente avançados, sobretudo na Alemanha. Assim, a fusão entre a revolução russa, a revolução alemã e a revolução italiana, por exemplo, poderia criar um fundamento material para o desenvolvimento de uma sociedade sem classes. Isso, no entanto, não era uma esperança vã, mas uma possibilidade histórica concreta. Na Alemanha e na Áustria, surgiram conselhos de operários e soldados. Na Hungria, foi proclamada uma República dos Conselhos em março de 1919 e, na Baviera, em abril. Os operários do Norte da Itália, em mobilização crescente desde 1919, ocuparam as fábricas em 1920. Outros países foram convulsionados por vagas revolucionárias como Finlândia, Polônia, Tchecoslováquia e Bulgária. A Holanda sofreu ameaça de uma poderosa greve geral e, na Grã-Bretanha, as classes dominantes foram abaladas pela união dos três maiores sindicatos do país.

Nesse quadro histórico, os dirigentes da revolução russa apostaram tudo no seu papel de detonador e de modelo estimulante da revolução socialista mundial. Porém, a onda revolucionária de 1919-1920 na Europa central foi derrotada. E isso em nada se deveu à falta de lutas ou de vigor revolucionário das massas trabalhadoras, mas, sobretudo, ao papel deliberadamente contrarrevolucionário que a social-democracia internacional desempenhou no contexto, além da limitada ajuda que o Estado soviético pôde prestar aos insurgentes, da inexperiência dos jovens partidos comunistas e das concessões feitas pela burguesia, apavorada pelo espectro do socialismo, em diversos países, ao movimento operário.

O Partido Bolchevique, sob a direção de Lênin e Trotsky, ao conduzir o proletariado à conquista do poder político, fez a única coisa que um partido revolucionário pode fazer para modificar as relações de força em favor de sua classe: explorar todas as possibilidades das ocasiões mais favoráveis que existem num país para derrubar o domínio do capital.

Enquanto arrefecia a vaga revolucionária na Europa central, a República

Soviética venceu a guerra civil em 1920-1921, porém com um alto custo econômico, social e político, com a queda da produção industrial e agrícola, além da miséria generalizada e do flagelo da fome em grandes regiões do país. Diante disso, Lênin e Trotsky defenderam um recuo econômico, a Nova Política Econômica (NEP). Como a grande indústria, os bancos e o sistema de transportes continuavam nacionalizados, restabeleceu-se a liberdade de comércio para os excedentes agrícolas, depois de pago um imposto em espécie. A produção artesanal, o comércio e a pequena indústria privados foram liberados. Para os bolcheviques, isso era provisório, pois gerava graves riscos: o enriquecimento da pequena burguesia podia possibilitar a acumulação capitalista privada. Apesar disso, o isolamento da revolução proletária num país atrasado trazia muito mais perigo do que essas medidas econômicas.

O proletariado passou a perder cada vez mais o exercício direto do poder político e econômico. Desenvolveu-se uma camada privilegiada que se apropriou do monopólio do exercício do poder em todas as esferas da sociedade soviética. É necessário destacar que tal processo não foi resultado de uma conspiração, da concepção do partido bolchevique ou das idéias de Marx, mas do resultado de inúmeras determinações referente ao sujeito principal da revolução russa:

No início dos anos 20, o proletariado russo sofreu terríveis sangrias. Ele foi literalmente desintegrado durante os anos de guerra civil, e continuou desintegrando-se no início da NEP. Desse modo, em 1922, o número de operários empregados é inferior à metade do existente no período anterior à guerra, ou seja, 4,6 milhões contra 11 milhões em 1913, isto no interior das mesmas fronteiras; dos 4,6 milhões de empregados em 1922, somente 2 milhões ocupavam-se de atividades industriais e 1,2 milhão faziam parte do proletariado agrícola.

A classe operária ativa, assim numericamente reduzida, está, além, disso, profundamente transformada em sua composição. Grande número de antigos operários, entre os mais combativos, tombaram(sic!) nas diversas frentes. Outros foram absorvidos pelos aparelhos do partido, dos sindicatos e do Estado. Outros, ainda, sobretudo nos grandes centros industriais, abandonaram as fileiras da classe operária, devido ao desemprego ou à crise alimentar, retornando aos seus povoados de origem. Simultaneamente, os homens e as mulheres de origem burguesa e pequeno-burguesa, penetraram nas fileiras da classe operária para se beneficiarem das rações dos trabalhadores manuais ou para tentar ocultar sua origem de classe.

Numa população de 136 milhões de pessoas, sendo a metade aproximadamente em idade de trabalhar, os efetivos daqueles que constituem o núcleo ativo da nova classe detentora do poder são, portanto, reduzidos; a situação ainda continua a mesma se acrescentarmos aos operários efetivamente empregados em 1922 os antigos trabalhadores prontos para retomar seu lugar anterior na produção (BETTELHEIM, 1979, p.158)

O resultado do enfraquecimento do núcleo fabril não poderia ser outro que uma despolitização e o isolamento de uma restrita vanguarda que restara:

A dispersão da velha classe operária criou um vácuo na Rússia urbana. O antigo movimento trabalhista, confiante em si mesmo e consciente de classe, com suas muitas instituições e organizações, sindicatos, cooperativas e clubes educacionais que costumavam manter debates estertóricos e apaixonados, e fomentar a atividade política – aquele movimento perdera agora o seu conteúdo. Aqui e ali, pequenos grupos de veteranos da luta de classe se reuniam e discutiam as perspectivas da Revolução. Outrora, formaram a verdadeira “vanguarda” da classe operária. Agora, eram um punhado e não viam atrás de si a força de principal de sua classe que no passado lhes dera ouvidos, buscara neles a orientação e os seguira ao âmago da luta social.

A ditadura do proletariado triunfava, mas o proletariado quase que havia desaparecido. Nunca fora mais do que uma pequena minoria da nação e desempenhara um papel decisivo em três revoluções, não devido ao número, mas à força extraordinária de sua consciência política, à sua iniciativa e organização (DEUTSCHER, 1984, p.17).

Tais eventos não foram fortuitos ou inexplicáveis, como argumenta Deutscher:

O desaparecimento, em tão pouco tempo, de uma classe social vigorosa e militante do cenário político e a atrofia da sociedade, conseqüente à guerra civil, constituíram um fenômeno histórico estranho, mas não excepcional. Também em outras grandes revoluções a sociedade desabou exausta e o governo revolucionário foi igualmente transformado. A Revolução Puritana Inglesa e a Grande Revolução Francesa sustentaram de início, cada uma delas, um novo princípio de governo representativo contra o *ancien régime*. Os puritanos afirmaram os direitos do Parlamento contra a Coroa. Os líderes do Terceiro Estado Francês fizeram o mesmo quando se constituíram como Assembléia Nacional. Levantes e luta civil seguiram-se e, em conseqüência, as forças do *ancien régime* já não puderam dominar a sociedade, enquanto as classes que haviam apoiado a revolução estavam fortemente divididas contra si mesmas e demasiado esgotadas para exercer o poder (idem, p. 22).

O que geralmente se esquece é que tal processo não passou despercebido pelos bolcheviques. Em 1920, a Oposição Operária, com suas limitações e propostas inadequadas, tinha dado o alarme. O próprio Lênin a partir de 1921 começara a indicar os problemas do perigo burocrático, conceituando a República soviética como um Estado operário burocraticamente deformado e, no final de sua vida, debilitado pela doença e impotente, reconheceu a hegemonia crescente da burocracia sobre o Partido Comunista.

No entanto, é com Trotsky e a Oposição de Esquerda, que a luta contra a burocracia⁸ torna-se o eixo de um programa de defesa da revolução e do socialismo:

Em outubro de 1923 a Oposição de Esquerda fez a sua primeira aparição com a “Plataforma dos quarenta e seis”, que foi seguida por artigos de Trotsky publicados no Pravda em dezembro do mesmo ano, e que foram publicados separadamente, em forma de panfleto, em 1924, sob o título O Novo Curso. Ambas as publicações atacavam a supressão da democracia no interior do partido e condenavam o poder institucionalizado crescente do aparelho partidário (MANDEL, 1995, p.57).

Os quarenta e seis signatários da “Plataforma” não eram simples militantes, eram “generais da revolução”. Todos haviam ocupado posições importantes no governo e no Partido, tendo sua maioria uma folha de serviços heróica na guerra civil. Muitos foram membros do Comitê Central, ingressando alguns no Partido Bolchevique em 1917 com Trotsky, enquanto outros eram bolcheviques desde 1904. A “Plataforma” e “O Novo Curso” criticavam a supressão da democracia no interior do partido, condenando o poder institucionalizado crescente do aparelho partidário:

O partido havia em pouco tempo passado de menos de 800 a 18.000 funcionários trabalhando em tempo integral, isto num partido que passava de meio milhão de membros. Ele era centralizado e controlado pelo Secretariado do Comitê Central, por sua vez subordinado a Stalin, que agia sufocando a crítica, a expressão de opinião, ou a livre discussão no interior do partido. O politiburo se reunia uma vez por semana; o Secretariado sob Stalin se encontrava diariamente e era responsável pela maior parte das decisões, principalmente aquelas que diziam respeito aos membros do partido (MANDEL, 1995, p. 57).

A maioria do Politiburo – Zinoviev (1883-1936), Kamenev (1883-1936) e Stalin (1879-1953), a chamada *troika*, apoiados por Bukharin (1883-1938) –, também defenderam formalmente a necessidade de um “novo rumo” e de mais democracia partidária enquanto iniciavam uma campanha contra Trotsky e outros representantes da Oposição de Esquerda, pois

A burocracia, a seu modo, compreendia a importância das análises e propostas de Trotsky. Muitos, particularmente Stalin, estudaram seus escritos

⁸ “Constitui uma grande vitória no campo teórico o fato de Trotsky ter, desde praticamente o início, isto é, desde 1923, rompido o nó górdio e reconhecido o problema da degeneração social da burocracia soviética, em outras palavras, a transformação desta burocracia em uma camada social específica com seus próprios interesses materiais. O aparelho do partido defendia seu monopólio do poder político como forma de defender e estender seus próprios interesses materiais. Isto foi algo que, exceto Trotsky, até mesmo os mais competentes marxistas na liderança do Partido Comunista Russo ou simplesmente não reconheciam ou não reconheceram adequadamente” (MANDEL, 1995, p. 67).

com bastante cuidado. Mas esta burocracia era profundamente pragmática e tinha muito pouco interesse em teoria. Ela se tornava, em grau cada vez maior, uma camada culturalmente e intelectualmente atrasada. Eles temiam a prontidão de Trotsky e da linha dura da Oposição de Esquerda, em lutar por suas idéias, em se organizar, com este fim, primeiramente no interior do partido, depois entre comunistas e juventude da classe trabalhadora, e depois entre toda a potencial oposição operária e jovem da sociedade soviética (idem, p.68).

A própria publicação de “O Novo Curso” foi retardada pela imprensa pública, fazendo com que o folheto não chegasse às células do partido antes do início da XIII Conferência. Nela, a *troika* preparou uma resolução denunciando aquele e a Oposição de Esquerda de “desvio pequeno-burguês do leninismo”. Como Stalin havia manipulado a eleição dos delegados, somente três votos foram contra a moção contra Trotsky.

Aqui se expressa toda a complexidade do processo revolucionário russo, demonstrando que não estava pré-escrito que inevitavelmente este processo desaguaria num Estado operário burocraticamente deformado. E mais, que tal monstruosidade seria uma consequência do próprio bolchevismo, pois, como lembra Trotsky,

Representar o processo da degeneração do Estado soviético como a evolução do bolchevismo puro, é ignorar a realidade social, pois considera só um de seus elementos, isolando-os de uma maneira puramente lógica (1975, p.14)

Aliás, a experiência da Oposição de Esquerda e, mais tarde, da Oposição Unida⁹ demonstra que houve uma luta interna no seio do próprio Partido Bolchevique entre as perspectivas de avanço ou retrocesso da revolução presentes na própria sociedade soviética. Como indica Mandel,

Em termos sócio-políticos, as propostas democráticas e econômicas de Trotsky e da Oposição de Esquerda (...) e depois também da Oposição Unida, representaram uma tentativa de criar condições materiais e institucionais mais favoráveis, para permitir que a classe trabalhadora soviética interviesse mais uma vez de maneira ativa e independente (...) E mais uma vez, é essencial enfatizar: o resultado desta luta não estava pré-determinado. O ataque crescente aos direitos e poderes dos trabalhadores encontraram (sic!) resistência. O Partido Comunista poderia ter incentivado esta resistência ao invés de tentar barrá-la, e finalmente afogá-la no terror. A vitória da contra-revolução tornou-se inevitável apenas no final desta série de

⁹ Depois de uma guinada para a direita de Stalin, com a tese do “socialismo num só país”, e com avanço do processo de burocratização Zinoviev e Kamenev aliaram-se a Trotsky, sendo organizada a Oposição Unida. A Plataforma da Oposição Unida ao XV Congresso do Partido Comunista recebeu mais de dez mil assinaturas colhidas entre velhos bolcheviques e membros do partido.

eventos. No início era possível freá-la ou mesmo anular de uma vez por todas o perigo do seu crescimento (1995, p. 67).

Isso porque um partido revolucionário não está acima de pressões sociais diversas e contraditórias:

[...] depois de haver se apoderado do aparato do Estado, o partido tem a possibilidade de influenciar com uma força sem precedentes, no desenvolvimento da sociedade, porém em troca é submetido a uma ação múltipla por parte de todos os outros elementos desta sociedade. Pode ser arrojado do poder pelos golpes diretos das forças hostis. Com o ritmo mais lento da evolução, pode degenerar interiormente, ainda que se mantenha no poder (TROTSKY, 1975, p. 15).

Por uma série de determinações, a variante burocrática e sua expressão política, o stalinismo, venceu e o resultado foi um dos crimes mais sórdidos da história moderna, somente comparável à barbárie nazista:

Milhões de operários, camponeses e comunistas perderam suas vidas. Mais de um milhão de comunistas, entre os quais quase a totalidade do Comitê Central de Lênin, e grande parte da liderança do partido e do Estado entre 1924 e 1933, caíram vítimas da máquina assassina. As vítimas eram caluniadas e acusadas de inimigas do povo, terroristas, agentes do imperialismo estrangeiro e partidárias da restauração capitalista. Confissões lhes eram arrancadas pelos mais grotescos métodos de tortura. Este aperfeiçoado aparelho de assassinato e fraude, cuja escala era praticamente inconcebível, agia livremente, com pouquíssima resistência. Na própria União Soviética, as pessoas estavam paralisadas de medo e ultraje (MANDEL, 1995, p. 76).

Diante desse breve esboço, são imprescindíveis alguns questionamentos. Foi o socialismo derrotado em 1989-1991? Ou ruiu um modelo de Estado operário burocratizado, nascido da degeneração da revolução russa? Já estava escrito que qualquer tentativa de tomada de poder pelos trabalhadores e superação do capitalismo estaria fadada ao fracasso? Ou o socialismo é o resultado de uma luta não só contra a burguesia, mas contra as tendências burocráticas? O stalinismo foi a consequência lógica do bolchevismo? Ou foi a falsa ideologia da contrarrevolução burocrática na União Soviética?

Pensamos que as novas gerações de lutadores, a pesquisa histórica e um projeto socialista que leve em consideração as lições do passado e as necessidades do presente concluirão que a vitória não está garantida de antemão, mas que o socialismo ainda é a única alternativa para as forças do trabalho – o socialismo como expressão do movimento de emancipação humana e de constituição de

individualidades livres, o que é algo oposto ao stalinismo e suas variantes.

Referências

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética**: primeiro período (1917-1923). 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007.

LÉNINE, V. I. **Obras escolhidas, Tomo 2**. Lisboa/Moscovo: “Avante!”/Progresso, 1978.

_____. **Obras escolhidas, Tomo 1**. Lisboa/Moscovo: “Avante!”/Progresso, 1977.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. 2ª ed. Lisboa: Antídoto, 1978a.

_____. **Crítica do euro-comunismo**. Lisboa: Antídoto, 1978b.

_____. **A luta pela democracia socialista na União Soviética**. Lisboa: Antídoto, 1977.

OPPERMANN, Aloísio Roque. **Pode existir socialismo cristão?**
<http://www.cnbb.org.br/site/artigos-dos-bispos/dom-aloisio-roque-oppermann/1335-pode-existir-socialismo-cristao>. Acesso: 18/02/2010.

TROTSKY, Leon. **Bolchevismo y stalinismo**: classe, partido y direccion a propósito del frente único. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.

WALLENSTEIN, Imanuel. **El moderno sistema mundial**. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1989.